

"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

	$\overline{}$
Fls.	
	J

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022 PROCESSO N° 0140-PG/2022

Departamento de Licitações e Compras

LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME/EPP e EQUIPARADAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: SISTEMA ABERTO

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nº 147, de 07 de agosto de 2014, e nº 155, de 27 de outubro de 2016, Decretos Municipais nº 5.205, de 24 de novembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 5247, de 29 de março de 2005 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.762, de 06 de agosto de 2020, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Licitação Diferenciada com previsão de exclusiva competição entre ME e EPP, inclusive MEI, nos termos do Art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/06.

Nos termos do artigo 49 da Lei Complementar 123/06, não se aplica o disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, sendo assim, caso não haja no mínimo 3 (três) empresas para disputa que se enquadrem como ME, EPP ou MEI, será aberta a competição para ampla disputa entre todos licitantes presentes, sem prejuízo dos benefícios previstos nos artigos 42 à 49 da referida Lei complementar.

DIA/HORÁRIOS:

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: do dia 18/04/2022 às 17:00h até o dia 03/05/2022 às 14:59h.

<u>ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS:</u> Das 15:00h do dia 03/05/2022 às 15:29h do dia 03/05/2022.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:- Ás 15:30h do dia 03/05/2022.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.bll.org.br ou http://www.jau.sp.gov.br/licitacoes

DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Licitação, Rua Paissandu nº 444, Centro, Jahu/SP, CEP 17.201-900, fone (14) 3602-1804 / (14) 3602-1718, ou através do e-mail: licitacao@jau.sp.gov.br LOCAL: - www.bll.org.br







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

	\bigcap
Fls.	
	-
	ノ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PROCESSO Nº 0140-PG/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022

1. - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1 A Prefeitura do Município de Jahu/SP, através da Secretaria de Economia e Finanças e este Pregoeiro, designado pela Portaria nº 42, de 03 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.
- 1.2 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Secretaria de Economia e Finanças, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Bolsa de Licitações e Leilões BLL", constante da página eletrônica, no endereço www.bllcompras.org.br

2. - DO OBJETO:

- 2.1 AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, de acordo com as especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência (anexos I, I-A e I-B).
- 2.2 Fica estabelecida a forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

3. - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - Os recursos necessários para fazer frente às despesas do referido Contrato, onerarão a seguinte dotação para o ano de 2022 e vindouro:

Ficha	Classificações Orçamentárias	Apl.	Fonte
166	02.08.12-12.306.0003-2010/3390.3945	110.0000	1
-	02.08.12-12.306.0003-2010/3390.3945	110.0000	1

3.2 - O cronograma de desembolso máximo estimado para 2022 e vindouro é de R\$ 50.121,54 (cinquenta mil, cento e vinte e um mil e cinquenta e quatro centavos).

4. – DA IMPUGNAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

- 4.1 A impugnação e formalização de consultas deverão ser realizadas por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.bllcompras.org.br.
- 4.2 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 4.2.1 Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- 4.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 4.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 4.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 4.5.1 Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.
- 4.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 4.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 4.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 4.9 No caso da impugnação ou do recurso serem julgados infundados, protelatórios ou não condizentes com a boa-fé, será instaurado procedimento administrativo para apurar eventual infringência aos art. 4º e da Lei n. 8.666/93, com ulteriores providências cabíveis, caso estejam demonstradas as ocorrências referidas, mediante contraditório e ampla defesa, sem prejuízo da reparação integral do dano (art. 5º da Lei n. 13.105/15, o Código de Processo Civil, e art. 2º, parágrafo único, inciso IV, e 4º, da Lei n. 9.784/99, o Processo Administrativo Federal, e art. 187 e 927 do Código Civil).
- 4.9.1 Na hipótese de estarem presentes os indícios de prática do crime do art. 337-J Código Penal, cópia dos autos serão encaminhados à autoridade policial para instauração de inquérito policial (art. 5°, § 3°, do Decreto-lei n. 3.689/41, o Código de Processo Penal).
- 4.10 Considera-se infundada, protelatória ou não condizente com a boa-fé a impugnação ou recurso que impeça ou perturbe a realização normal do procedimento licitatório, com alegações contrárias à disposição de lei e pretensão contrária ao Edital (exceto se for ilegalidade do ponto combatido), sendo o ônus da prova do impugnante, tendo em vista que os atos administrativos se presumem legais e gozam de fé pública.
- 4.11 Toda pessoa tem direito de representação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/93. Mas, sempre que ela for julgada improcedente pelo órgão de controle, e neste caso, em virtude da interposição, causar prejuízo à Administração Pública pela paralisação de suas atribuições constitucionais, a pessoa responsável incorrerá no mesmo procedimento do item 4.9, sem prejuízo do dever de reparar o dano, como medida de combate à leviandade da conduta (art. 186 do Código Civil).







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Fls.	

5. - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Licitação Diferenciada com previsão de exclusiva competição entre ME e EPP, inclusive MEI, nos termos do Art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/06.
- 5.1.1 Tendo em vista que os itens individualmente não ultrapassam R\$80.000,00 (oitenta mil), terão previsão de exclusiva competição entre ME e EPP, inclusive MEI.
- 5.1.2 Nos termos do artigo 49 da Lei Complementar 123/06, não se aplica o disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, sendo assim, será aberta a competição para ampla disputa entre todos licitantes presentes, sem prejuízo dos benefícios previstos nos artigos 42 à 49 da referida Lei complementar.
- 5.2 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, mesmo as que não se enquadram como ME, EPP ou MEI.
- 5.2.1 Caso os itens não tenham no mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, sendo assim, será aberta a competição para ampla disputa entre todos licitantes presentes.
- 5.2 Não Será permitida a participação de empresas:
- 5.2.1 Estrangeiras que não funcionem no país;
- 5.2.2 Reunidas sob forma de consórcio, qualquer que seja a sua constituição, uma vez que no objeto pretendido não há de ser considerado de alta complexidade ou grande vulto;
- 5.2.3 Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 5.2.4 Impedidas de licitar e contratar nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02;
- 5.2.5 Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei nº 9.605/98;
- 5.2.6 Isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;
- 5.2.7 Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.
- 5.2.8 Sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 5.3 O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- 5.4 O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.
- 5.5 O MUNICÍPIO DE JAHU está isento de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema www.bll.org.br, ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, nos percentuais compatíveis com o objeto licitado neste edital de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL Bolsa de





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

6. - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 6.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 6.1.1 Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;
- 6.1.2 Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 6.1.3 Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4 Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5 Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- 6.1.7 Verificar a habilitação do proponente;
- 6.1.8 Declarar o vencedor:
- 6.1.9 Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;
- 6.1.10 Elaborar a ata da sessão:
- 6.1.11 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 6.1.12 Realizar, de forma facultativa, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer com a complementar a instrução do processo.
- 6.2 O pregoeiro poderá suspender e retomar os trabalhos, por conveniência na execução do pregão (art. 43, parágrafo 3º, Lei 8.666/93).
- 6.3 São deveres dos participantes exporem os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, não agir de modo temerário, prestar as informações que lhe forem ordenadas, sobretudo de ordem técnica e mercadológica, e colaborar com tudo o quanto for necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos (art. 4º da Lei 9.784/99).
- 6.4 O ônus da prova em relação aos fatos alegados como seu direito compete ao administrado (art. 36 da Lei 9.784/99).
- 6.5 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

7. - DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BLL

- 7.1 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL Bolsa de Licitações e Leilões, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.2 O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.3 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL Bolsa de Licitações e Leilões.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- 7.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 7.6 Aceitação tácita. O credenciamento implica na aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.

8. – PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES

- 8.1 A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 8.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 8.3 É vedado ao fornecedor identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.
- 8.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.5 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou através da Bolsa de Licitações e Leilões pelo e-mail contato@bll.org.br.

9. – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 9.2 O envio da proposta descrita no item 9.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 9.3 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando-se também para a data e horário para início da disputa.
- 9.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- 9.5 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 9.6 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 9.7 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 9.8 O licitante deverá constar em sua proposta, a marca e modelo do produto ou a procedência de forma clara e sem abreviatura, sob pena de desclassificação do item.
- 9.9 A cotação de duas marcas, dois modelos ou duas procedências para o mesmo item ou opcional de modelos, marcas ou procedências, gerará a desclassificação do item.
- 9.10 As Empresas participantes do certamente poderão apresentar previamente no sistema da BLL seus documentos de habilitação, porém as empresas vencedoras do certame, DEVERÃO ENCAMINHAR A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ATRAVÉS DO E-MAIL pregaoeletronico@jau.sp.gov.br, EM ATÉ 02 (DUAS) HORAS, APÓS ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.
- 9.10.1 Caso a empresa já tenha apresentado previamente sua documentação de habilitação via sistema da BLL, estará dispensada do envio através do e-mail.
- 9.10.2 As empresas que NÃO APRESENTAREM previamente seus documentos de habilitação na plataforma da BLL, não serão inabilitadas, podendo enviá-los ao Pregoeiro por e-mail EM ATÉ 02 (DUAS) HORAS, APÓS ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.
- 9.10.3 Caso a empresa opte por apresentar sua habilitação previamente no sistema da BLL, no caso de faltar algum documento da habilitação, poderá complementar com documentos adicionais, através do e-mail pregaoeletronico@jau.sp.gov.br EM ATÉ 02 (DUAS) HORAS, APÓS ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.
- 9.11 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte vencedoras do certame, deverão encaminhar a documentação de habilitação, via sistema antecipadamente ou através do e-mail <u>pregaoeletronico@jau.sp.gov.br</u>, em até 02 (duas) horas, após encerramento da etapa de lances, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, conforme condições apresentadas no item 9.10.
- 9.12 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 10.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 10.1.1 Valor unitário;
- 10.1.2 Indicação da marca ou fabricante do item cotado, e modelo, quando houver, para que seja possível identificar se a descrição apresentada pela proposta é compatível com a exigida no edital.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- 10.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 10.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 10.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 10.6 A proposta deverá ser apresentada exclusivamente na expressão monetária vigente no País (art. 5°, Lei 8.666/93).
- 10.7 Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 10.8 Os itens cotados devem estar em conformidade com as normas técnicas a eles incidentes.

11. – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 11.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 11.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 11.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 11.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 11.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 11.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 11.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.
- 11.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 11.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será livre.
- 11.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

	\bigcap
Fls.	
	$-\int$

- 11.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 11.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 11.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 11.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 11.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 11.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 11.19 O Critério de julgamento adotado será o menor preço unitário.
- 11.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 11.21 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 11.22 As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 11.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 11.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Fls.

subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 11.26 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 11.27 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei n° 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 11.27.1 no país;
- 11.27.2 por empresas brasileiras;
- 11.27.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 11.27.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 11.28 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 11.29 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.30 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.31 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 11.32 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 12.1.1 A aquisição dos produtos será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas.
- 12.2 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, <u>devendo apresentar as provas ou os</u> indícios que fundamentam a suspeita.
- 12.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

Telefones: (14) 3602-1718/-1804







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Fls.		
		J

- 12.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.5 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 12.5.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 12.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 12.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 12.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 12.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 12.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. – DA HABILITAÇÃO

- 13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 13.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.1.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 13.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via email, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 13.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- 13.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 13.5. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do **PREGÃO** são os seguintes (art. 27 da Lei 8.666/93):

13.5.1 – Para Habilitação Jurídica:

- 13.5.1.1 **Registro empresarial na Junta Comercial**, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária).
- 13.5.1.2 **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.
- 13.5.1.3 **Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores**, tratando—se de sociedade empresária.
- 13.5.1.4 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando—se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 13.5.1.5 **Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira** no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.2 – Para Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 13.5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- 13.5.2.2 Prova de **inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- 13.5.2.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.
- 13.5.2.4 Certidão de **regularidade de débito com a Fazenda Estadu**al, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.
- 13.5.2.5 Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de **Tributos Mobiliários**, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, da sede da empresa.
- 13.5.2.6 Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS).**
- 13.5.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 13.5.2.8 Declaração com os dados do representante legal para assinatura do contrato/ata para cadastro na plataforma eletrônica, conforme modelo Anexo III.

13.5.3 – Para Qualificação Econômico-Financeira:

13.5.3.1 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias contados retroativamente da data designada para a





Fls. "Fundada em 15 de Agosto de 1853" Secretaria de Economia e Finanças

realização desta Concorrência. Em qualquer hipótese, mesmo que o licitante seja a filial, este documento deverá estar em nome da matriz.

13.5.3.2 - Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

13.5.4 – Para Qualificação Técnica:

- 13.5.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direto público ou privado, consoante o art. 30, II § 4 º da Lei Federal n. 8666/93 e Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que comprove(m) o fornecimento anterior em 50% (cinquenta por cento) em relação à estimativa do consumo anual do item ofertado.
- 13.5.4.2 A empresa que for declarada vencedora do certame deverá apresentar declaração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação emitida pela Prefeitura do Município de Jahu, QUE ESTÁ AUTORIZADO A COMERCIALIZAR O OBJETO DO PRESENTE CERTAME, NOS TERMOS DA PORTARIA ANP Nº 297, DE 18.11.2003 - DOU 20/11/2003.
- 13.5.4.1.1 A validade do Registro ou da Autorização poderá ser verificada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, através de consulta ao endereço eletrônico da ANP -Agência Nacional de Petróleo (www.anp.gov.br).

13.5.5 – Outras Comprovações:

- 13.5.5.1 Os proponentes deverão apresentar declaração em papel timbrado, e/ou com carimbo da empresa, firmada pelo responsável legal, com indicação do nome, cargo e N° do documento de identidade, atestando, sob as penalidades cabíveis, a aceitação dos termos nela presentes, conforme, conforme Modelo-Anexo II(itens a-g). 13.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 42, LC 123/06).
- 13.7 Caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação do Pregão (art. 4º, §2º, I, do Decreto Federal 8.538/2015), prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 13.8 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4°, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02.
- 13.9 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

\bigcap		
	Fls.	
		,

- 13.10 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 14.1 A proposta final do licitante declarado vencedor (**anexo VI**) juntamente com o catálogo ou ficha técnica original do produto (caso solicitado em sessão) deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 14.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 14.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 14.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 14.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 14.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 14.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 14.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 14.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 14.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15 - DOS RECURSOS

- 15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido, exclusivamente via plataforma BLL, o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 15.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- 15.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 15.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 15.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16. – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1 Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.
- 16.2 Nos demais casos, o Pregoeiro(a) fará a adjudicação do item ao licitante vencedor.
- 16.3 A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

17. - DA CONTRATAÇÃO:

- 17.1 As contratações decorrentes desta licitação serão formalizadas mediante a assinatura do **INSTRUMENTO CONTRATUAL**, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo IV** do presente ato convocatório.
- 17.2 Se, por ocasião da formalização do Contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Receita Federal Previdenciária e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) Fazenda Nacional e o Ministério do Trabalho, estiverem com os prazos de validade vencidos, a administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 17.3 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o item 17.2, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a aquisição não se realizar.
- 17.4 Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados para habilitação, SE SOLICITADOS, deverão ser relacionados e apresentados na Secretaria de Economia e Finanças Departamento de Licitações e Compras, desta Prefeitura, localizada na Rua Paissandu, nº 444, Centro, Jahu-SP, CEP nº 17.201-900, das 08h às 17h, em até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- 17.4.1 Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- 17.4.2 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 17.5 A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer ao Departamento de Licitações e Compras, à Rua Paissandu nº 444 Jahu/SP, para assinar o referido contrato.
- 17.6 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o item 17.2, ou se recusar a assinar o Contrato, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que fazê—lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 17.7 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo.
- 17.8 A Gestora do Contrato será a Sra. ELENIRA APARECIDA CASSOLA, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, portadora do CPF nº 099.725.618-44.
- 17.9 A Fiscal do Contrato será a servidora DANIELA HENRIQUE BELUCA, DIRETORA EXECUTIVA, portadora do CPF nº 218.874.808-54.

18 - DA GARANTIA CONTRATUAL:

18.1 – Não será exigida a prestação de garantia para a transação comercial resultante desta licitação.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

19.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

20 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

21 - DO RECEBIMENTO DO PRODUTO:

21.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

22 - DO PAGAMENTO:

22.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.

23 - DO REAJUSTE, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÃO.

23.1 – As hipóteses desta Cláusula serão definidas no Contrato, conforme disposto no artigo 40, § 2°, III da Lei 8.666/93.







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



24 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 24.1 Sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, a licitante responsabilizada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:
- 24.1.1 Impedida de licitar e contratar: Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Jahu, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.
- 24.1.2 Multas: A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas no contrato, garantido o exercício de prévia e ampla defesa;
- 24.1.3 Autonomia: As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra;
- 24.1.4 Descontos: O CONTRATANTE poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no contrato.

25 – RESCISÃO DO CONTRATO

- 25.1 O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 25.2 O CONTRATADO reconhece deste já os direitos do MUNICÍPIO DE JAHU nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da lei Federal nº 8666/1993.

26 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 26.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.2 O resultado do presente certame e demais atos pertinentes e passíveis de divulgação, serão publicados nos mesmos veículos utilizados originalmente.
- 26.3 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro(a).
- 26.4- Integram o presente Edital os Anexos de I a VII.

27 - DO FORO

27.1 - Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de Jahu–SP, como o competente para dirimir as questões controversas advindas do cumprimento da presente licitação.

Jahu, 14 de abril de 2022.

FELIPE SLIKTA PADILHA SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS







Fls.			
	 	_	

ELENIRA APARECIDA CASSOLA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Fls.	
	_

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

I - OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a abertura de Processo Licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO para contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP DE 13 KG e AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (vasilhame + Gás) DE GLP 13 KG para o Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação do Município de Jahu, com a finalidade de atender às Creches, os Centros Municipais de Educação Infantil, às Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e às Escolas da Rede Estadual de Ensino, pelo período de 12(doze) meses, de acordo com o ANEXO I deste Termo. Quanto às entidades do Terceiro Setor, o gasto com o consumo de gás está inserido no Plano de Trabalho, não fazendo parte deste objeto de contratação.

IMPORTANTE

- 1 A especificação do objeto descrita na proposta deverá ser fiel ao produto ofertado pelo licitante e não a simples cópia do descritivo indicado no termo de referência deste edital.
- 2 Em caso de discrepância entre as características técnicas apresentadas na proposta com relação ao item cotado, o mesmo estará sujeito à desclassificação, a critério do pregoeiro e/ou do órgão requisitante.
- 3 As entregas serão realizadas através de substituição de recipientes (botijão).
- 4 Os recipientes deverão estar em boas condições de uso, conforme padrões exigidos pelo INMETRO e ABNT.
- 5 A prestação de serviços deverá ser parcelada, de acordo com as necessidades do Departamento de Alimentação Escolar.

II - JUSTIFICATIVA

2.1. A referida contratação visa atender as necessidades do Departamento de Alimentação Escolar do Município. Além da diversidade e quantidade de insumos, o gás liquefeito é imprescindível para o preparo da Merenda Escolar servida aos alunos, para a entrega em 74 unidades escolares dispostas em bairros do Município de Jahu e nos Distrito de Potunduva, Vila Ribeiro e Pouso Alegre de Baixo, sendo estes últimos distantes 18, 12 e 15 quilômetros, respectivamente da cidade.

III - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Trata-se de contratação de empresa especializada para o fornecimento de 390 recargas de gás liquefeito de petróleo GLP 13 kg, através de substituição de vasilhames e de 23 cotas cheias de gás liquefeito de petróleo GLP 13 kg (vasilhame + gás). Foi utilizado como parâmetro para fins de apuração da quantidade estimada para a contratação, o consumo referente ao ano de 2019, uma vez que devido à suspensão das aulas presenciais no decorrer do ano de 2020 e 2021 por consequência da pandemia do Coronavírus, impossibilitou a apuração desse consumo também no ano de 2021.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

	\bigcap
Fls.	

IV - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os quantitativos dos itens desta licitação estão divididos, observando a seguinte forma:

Item	Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	
01	Recargas de Gás liquefeito de petróleo - GLP envasado em botijão de 13Kg	390
02	Cota cheia (vasilhame + gás GLP 13 kg)	23

V – VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O valor estimado para a contratação será obtido através da média apurada conforme pesquisa de mercado a ser realizada com fornecedores do ramo pertinente ao objeto.

VI – PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1 Os serviços de recarga e de cotas de gás deverão ser efetuados conforme solicitação do Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação.
- 6.1.1 Local de entrega: nos locais indicados na solicitação encaminhada para empresa vencedora. Vide **ANEXO II**.
- 6.2 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos mesmos.
- 6.3 O presente contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57 da Lei de Licitações Nº 8.666/93, havendo interesse da administração.
- 6.4 A contratada deverá prestar os serviços parceladamente, nos lugares e horários constantes nas solicitações dentro de 48 horas a contar do recebimento da ordem de entrega.
- 6.5 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá registrar no comprovante de entrega a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (R.G.), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do contratante responsável pelo recebimento.
- 6.6 Se constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:
- 6.6.1 Referente à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 6.6.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- 6.7- Referente à diferença de qualidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis; 6.7.1 Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



quatro) horas, contadas da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

VII - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 7.1 Efetuar a entrega de recargas de gás de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no edital.
- 7.2 Comunicar ao Departamento de Alimentação Escolar, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste edital.
- 7.3 Entregar as recargas de gás solicitadas no local determinado pelos representantes da Administração do Contratante, no prazo máximo determinado.
- 7.4 Substituir as recargas de gás que eventualmente apresentarem defeitos no momento da entrega.
- 7.5 Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, recargas de gás que não atendam às especificações contidas no edital.
- 7.6 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 7.7 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas.
- 7.8 Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas.
- 7.9 Não será permitido ao pessoal da Contratada o acesso à área do edifício que não aquelas relacionadas ao seu trabalho.
- 7.10 Os recipientes (cilindros) deverão estar em boas condições de uso, nos padrões exigentes pelo INMETRO e ABNT.

VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 8.1 Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a presente aquisição.
- 8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 8.3 Efetuar o pagamento à empresa contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 8.4 Comunicar a empresa vencedora, por escrito, sobre imperfeições, ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído.
- 8.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.
- 8.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de Comissão/Fiscal (servidor devidamente designado).
- 8.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

IX - DA FORMA DE PAGAMENTO





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- 9.1 O pagamento ocorrerá até 30 (trinta) dias após o recebimento, inspeção e atestado do objeto licitado, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente assinada pelo responsável pelos recebimentos, devendo a licitante vencedora observar o que dispõe a CAT 162/2008, da Secretaria da Fazenda, a respeito da Nota Fiscal Eletrônica, sob pena de não recebimento. Deverá conter as descrições dos materiais de acordo com o ANEXO I do presente Termo, número da licitação, bem como a modalidade, o número do Empenho ou da Autorização de Fornecimento. O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, se couber. Nas Notas Fiscais deverão constar todos os números dos itens dos produtos correspondentes às entregas.
- 9.2 Na contagem do prazo de pagamento serão considerados dias corridos.
- 9.3 Caso ocorra irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada À CONTRATADA, carta de correção quando couber, ou ainda regularização, que deverá ser encaminhada a este Município, no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 9.4 Em caso de irregularidades na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.
- 9.5 Os preços praticados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 (e suas alterações), que deverá ser comprovado pela Contratada e aprovado pela Contratante.
- 9.6 O MUNICÍPIO DE JAHU não aceita Boletos Bancários como forma de cobrança de aquisições prestadas a esta Administração Municipal.
- 9.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) 365 I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

X – DA GARANTIA

10.1 - Não será exigida garantia contratual.

XI - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

- 11.1 12 (DOZE) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o prazo máximo estipulado por lei devido a problemas técnicos e operacionais que poderão surgir na elaboração de um novo certame.
- 11.2 O índice econômico financeiro que reajustará o contrato a cada 12 meses será o IPCA anual.







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



XII – LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SEREM SOLICITADOS

- 12.1 A empresa deverá apresentar os documentos:
- **a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- **b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicilio ou à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicilio ou da sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- **c.1)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Divida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal.
- **c.2)** Certidão de Regularidade de ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços expedida pela Secretaria da fazenda do domicilio ou sede do licitante ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF / PGE 03, de 13/08/2010 ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei.
- **c.3)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, da sede da empresa.
- **d)** Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social- INSS mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD em Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa.
- **e)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) tratando-se de pessoa jurídica, por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS.
- **f)** Prova de regularidade perante o Ministério do Trabalho através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis de Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, alterado pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

As certidões requeridas nas alíneas "c.1" e "d" poderão ser apresentadas unificadas, conforme previsto da Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014.

- **g)** Certidão negativa de falência, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- h) Certidão negativa de recuperação judicial, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou certidão positiva de recuperação judicial, acompanhada do plano de recuperação judicial já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar a viabilidade econômica financeira da interessada.







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

	\bigcap
Fls.	
	$-\int$

- 12.2 A empresa deverá apresentar documentação atestando a capacidade técnica, como descrito abaixo:
- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado(s) ou certidão(ões), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direto público ou privado, consoante o art. 30, II § 4 º da Lei Federal n. 8666/93 e Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que comprove(m) o fornecimento anterior em 50% (cinquenta por cento) em relação à estimativa do consumo anual do item ofertado.
- **b)** O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverão ser apresentados em papel timbrado do emitente, no original ou cópia reprográfica autenticada, devidamente datados e assinados por autoridade ou representante de quem expediu, com identificação do subscritor e cargo.
 - c) Não serão aceitas notas fiscais em substituição aos atestados ou certidões.
- 12.3 A empresa que for declarada vencedora do certame deverá apresentar declaração de que no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da solicitação emitida pela Prefeitura do Município de Jahu, A AUTORIZAÇÃO VÁLIDA DA AGÊNCIA NACIONAL ANP, QUE O INTERESSADO ESTÁ AUTORIZADO A COMERCIALIZAR O OBJETO DO PRESENTE CERTAME, NOS TERMOS DA PORTARIA ANP Nº 297, DE 18.11.2003 DOU 20/11/2003.
- 12.4 Durante o certame poderá se verificar a eventual existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).
- **b)** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- **c)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 12.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei 8.429 de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 12.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

XIII – DAS SANÇÕES

- 13.1 O não cumprimento do disposto no Capítulo DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR e NO TERMO DE REFERÊNCIA implicará na retenção dos valores devidos ao FORNECEDOR, referente ao serviço correspondente objeto contratado, sem preiuízo das outras sanções presentes no presente instrumento.
- 13.2 A inobservância de qualquer cláusula ou condição aqui avançadas sujeitará o FORNECEDOR à aplicação das seguintes penalidades:
- 13.2.1 Advertência por escrito.
- 13.2.2 Multa de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- 13.2.3 Pelo atraso injustificado no fornecimento do objeto da licitação:
- 13.2.3.1 Até 30 (trinta) dias, multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor da Contrato, por dia de atraso.
- 13.2.3.2 Superior a 30 (trinta) dias, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do Ata/Contrato, por dia de atraso.
- 13.2.4 Rescisão contratual, penalizando o infrator com multa de 10% (dez por cento) do valor da Ata, qualquer que seja a causa e a época da rescisão.
- 136.2.5 Suspensão temporária de participação em de licitação e impedimento ao infrator que incidir no item 11.2.3 desta cláusula, licitar com a Municipalidade local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 13.2.6 Ficará impedida de licitar e contratar com esta Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 13 de julho de 2002.
- 13.3 As multas pecuniárias deverão ser colocadas à disposição do órgão licitante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data da ciência, por parte da empresa fornecedora, sob pena de inscrição como dívida ativa e execução judicial.
- 13.4 Ficarão sujeito ainda, as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.
- 13.5 As aplicações das penalidades descritas nos itens anteriores ficarão sob responsabilidade do Administrador Público, podendo aplicar a pena que entender cabível, considerando a gravidade da infração, não havendo necessidade de exaurir as penalidades mais leves para aplicar as mais graves.
- 13.6 As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará o contraditório e amplo defesa.
- 13.6.1 O montante da multa poderá, a critério do MUNICÍPIO DE JAHU, ser cobrado de imediato ou compensado com valores de pagamentos devidos ao fornecedor.

XIV – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E REAJUSTE DE PREÇOS

- 14.1 Os preços praticados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro nos termos do artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, após comprovação pela Contratada e aprovada pela Contratante.
- 14.2 O equilíbrio de que trata o item anterior será deliberado pela Administração a partir de requerimento formal do interessado, o qual deverá vir acompanhado de documentação comprobatória do incremento dos cursos, gerando eventuais efeitos a partir do requerimento e nunca de forma retroativa.
- 14.3 Ocorrendo a queda nos preços praticados no mercado a Contratante convocará a Contratada para proceder ao reequilíbrio do preço para menor, sob pena de aplicação das penalidades impostas no Edital.
- 14.4 O contrato para fins de prorrogação será, se o caso, reajustado com aplicação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA anual.
- 14.5 Na hipótese de manutenção do equilíbrio econômico financeiro deverá a Contratada comprovar através de documentos e aprovados pela Contratante.







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Fls.

XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O Município de Jahu se reserva ao direito de inspecionar a entrega das recargas de gás, podendo recusá-las ou solicitar sua substituição e, quando constatado que as mesmas encontram-se em desacordo com o Edital, serão recusadas e será solicitada a troca no prazo previsto neste instrumento. Caso a solicitação não seja atendida, poderá haver a rescisão de contrato, sob pena de sansões previstas em lei.

15.2 - A contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer um número de Telefone/Fax ou endereço de e-mail para receber as comunicações oficiais, onde deverão constar na parte externa dos envelopes da documentação e das propostas, obrigando-se em manter, ao menos, um dos meios de comunicação operantes.

XVI - GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

16.1 – Fica instituída como gestora deste contrato a Senhora Prof^a Dr^a Elenira Aparecida Cassola, Secretária de Educação do Município de Jahu, CPF 099.725.618-44 e como fiscal do contrato a Diretora Executiva, Daniela Henrique Beluca, CPF 218.874.808-54.

Jahu, 13 de janeiro de 2022.

Prof^a Dr^a ELENIRA APARECIDA CASSOLA Secretária de Educação







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"





ANEXO I - A

DESCRITIVO E QUANTITATIVO DE ITENS PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Item	Especificação (nome, tipo, embalagem etc.)	Quantidade
01	Recargas de Gás liquefeito de petróleo - GLP envasado em botijão de 13Kg	390
02	Cota cheia (vasilhame + gás GLP 13 kg)	23











ANEXO II - B LOCAIS DE ENTREGA

Ordem	UNIDADE	ENDEREÇOS	
	CRECHES	MUNICIPAIS	
1	Adnora Grisante Mott	Av. José Maria A. Prado, 563 - Jd. Pedro Ometto	
2	Augusto Ferracini	Alameda Lourenço Avelino, 2121 - Jd. João Balan	
3	Azia Mendes Eleutério	Rua Angelo Luigi Busnardo, 162 Jd. Maria Luiza II	
4	Erlete Ortigoza	Rua Tuffic Nicolau, 50 - Jd. Orlando Ometto	
5	Iolanda Mazzei	Rua Angelo Maria Sangnetti, 445 - Jd. Nova Jaú	
6	Jandyra de Araújo Neves	Av. Tulio Bertoldi, 44 - Jd. Carolina	
7	Margarida Fiume	Rua Antonio Carlos N Tamanini, 130 Chácara Nunes	
8	Maria Cândida Ometto Franceschi	Rua São José, 340 - Distr. Potunduva	
9	Maria de Lourdes dos Reis Ferreira Dias	Rua Antonia Ribeiro de Barros Freitas, 15 - Vila XV	
10	Naby Bauab	Rua Maria Odila Pires de Campos s/nº - Jardim Bernardi	
11	Procópio de Lima	Rua Margarida de O. Ribeiro de Barros, 444 - Vila Ribeiro	
12	Sandra Valéria Saggioro Campesi	Rua Primo Gazzolli, 99 - Jd. Maria Luiza IV	
13	Yara Ribeiro de Amorim Brandão	Rua Olívio Storti, 48 - Jd. São José	
	CI	MEIS	
14	Abel de Carvalho	Rua André Thisio Galvão, 60 - Villagio de Roma	
15	Adelio Brovéglio	Rua Humberto Fabris, 279 - Jd. Carolina	
16	Antonio de Souza Amaral	Rua Dr. Joaquim Gomes dos Reis, 410-VI N ^a S ^a de Fátima	
17	Benedicto Alves Ferreira	Av. Monsenhor Serra, s/no Jd. Nova Jaú	
18	Dilce de Silos Mayriques	Rua Edgar Ferraz, 665 - Centro	
19	Gemma Cardillo Ferrari	Rua Dom Pedro I, 68 - Vila Netinho	
20	Hilarinho Sanzovo	Rua Prudente Moraes, 1019 - Vila Nova	
21	Jayme de Oliveira e Sousa	Rua Inácio de Almeida Prado Jr., s/n - Jd. São José	
22	José Jéter Rafanelli	Rua Antonia Ribeiro de Barros Freitas, 15 - Vila XV	



" JAHU CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO FEMININO "

" RIBEIRO DE BARROS - HERÓI NACIONAL





Secretaria de Economia e Finanças

23	Maria de Lourdes Camargo Mello	Av. Nenê Galvão, 55 - Jardim Jorge Atalla		
24	Maria Elena Lima Poloni(Distrito Potunduva)	Rua São Manuel, 655 Distrito Potunduva		
25	Martha Vianna de Oliveira	Rua Raphael Almeida Leite, 99 - Jd. América		
26	Merce Terezinha Santos	Rua Cesar Roque, 177 - Conde do Pinhal		
27	Narcisa Chesine Ometto	Av. José Maria de Al. Prado, 473		
28	Neli Nassif	Rua Sampaio Bueno, 989 - Vila Nova		
29	Olaria	Rua Antonio Yonta, 137 - Bairro Olaria		
30	Orlando Chesine Ometto	Rua Zilah de Souza Gomes, 1300 - Jd. Orlando Ometto		
31	Paulo Brizola Tavares	Av. Dudu Ferraz, s/no Jardim Novo Horizonte		
32	Pedro Ometto	Av. Com. José Maria de Almeida Prado, 603 - Jd. Pedro Ometto		
33	Pouso Alegre de Baixo	Centro Comunitário Pouso Alegre		
34	Vila Ribeiro	Rua Margarida de O. Barros, 444 - Vila Ribeiro		
35	Yara Ribeiro de Araújo Brandão	Rua Olívio Stortti, 88 - Jd. São José		
EMEFS				
36	Alvarina Bizarro Souza	Rua Romeu Serignoli, 345 - Jd. Sanzovo		
37	Antonio Waldomiro de Oliveira	Rua Luis de Roque, 77 - Jd. Conde do Pinhal I		
38	Caetano Perlatti	Rua Prudente Moraes, 1019 - Vila Nova		
39	Carlota Meira Marsíglio	Rua Gumercindo Floret, 115 - Jd. América		
40	Comendador José M ^a de Almeida Prado	Rua Domingos de Callis, 70 - Jd. Nova Jaú		
41	Daltyra de Toledo Castro	Rua Sebastião Ribeiro de Barros, 131 - Vila Ribeiro		
42	Eidmar Sancinetti Momesso	Av. Frei Galvão, nº139 - Jd. Frei Galvão		
43	Helena de Castro Pirágine	Rua Ricardo Pengo, 101 - Jd. Novo Horizonte		
44	Jayme de Oliveira Souza	Rua Inácio Almeida Prado Jr., s/n. São José		
45	João Pacheco Almeida Prado	Rua Antonio Antoniasse, s/n - Bairro Pouso Alegre		
46	Laudelino de Abreu	Rua Dom Pedro I, 49 - Vila Netinho		
47	Lúcia Sampaio Galvão	Rua Augusto Fúria, 55 - Bairro Olaria		
48	Maria de Lourdes Camargo Mello	Av. Nenê Galvão, 55 - Jardim Jorge Atalla		
49	Maria de Magalhães Castro	Av. Com. José M ^a de Almeida Prado, 603 - Jd. Pedro Ometto		
50	Mario Romeu Pelegrino	Rua Zilah de Souza Gomes, 1300 - Jd. Orlando Ometto		
51	Pádua Salles	Rua Edgar Ferraz, 665 - Centro		
52	Vereador Angelo Ronchesel	Rua Alice Apolonio Arroio, 95 - Dist. Potunduva		
	ESTADUAIS			
53	Álvaro Fraga Moreira	Rua Humberto Fabris s/n - Jd. Carolina		
54	Ana Franco da Rocha Brando	Av. Dr. Quinzinho, 754, Jd. Jorge Atalla		









Secretaria de Economia e Finanças

55	Antonio Terezio Mendes Peixoto	Av. Ary Ferreira Dias, s/n - Jd. Augusto Sani		
56	Benedito Montenegro	Rua Vasco Cinquini, 100 - Jd. Pedro Ometto		
57	Caetano Lourenço de Camargo	Rua Conego Anselmo Walvekens - Centro		
58	Cleomar de Barros Castilho Marques	Rua Osvaldo Contador n°51 Jd. Pires I		
59	Dr Domingos de Magalhães	Praça Tullio Esp. Castro, s/n - Centro		
60	Dr Tolentino Miraglia	Rua Paulo Botelho de Almeida Prado, 85 - Jd. São Francisco		
61	ETEC Joaquim Ferreira do Amaral	Rua Humaitá, n 1090 - Centro		
62	Frei Galvão	Rua São José - Distrito de Potunduva		
63	João Pacheco de Almeida Prado	Rua Antonio Antoniassi, s/nº - Pouso Alegre de Baixo		
64	José Nicolau Pirágine	Rua Marechal Bittencourt, 1455 - Bairro São Benedito		
65	Lopes Rodrigues	Praça Lopes Rodrigues, s/n - Chácara Braz Miraglia		
66	Major Prado	Rua Lourenço Prado, 503 - Centro		
67	Tullio Espindola de Castro	Av. Zezinho Magalhães s/n - Vila Nova		
	COMPLEXO CAIC			
68	CAIC XV de AGOSTO			
69	Enéas Sampaio Souza	Av. Dr. Gustavo Chiosi, 450 - Jardim Brasília		
70	Norma Botelho	Av. Dr. Gustavo Griosi, 400 - Jaruim Brasilia		
71	Zita Sajovic Sabbagh			
COMPLEXO CIDE				
72	Ivany Sudaia de Almeida Prado	Rua Arthur Comunian, nº142 - Jd. Cila de Lúcio		
73	Isa Rosa Meirelles Name	Bauab		
SETOR – MERENDA ESCOLAR				
74	Merenda Escolar	Rua Paissandú, 728 - Centro		







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Fis.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÕES

AO MUNICÍPIO DE JAHU

PROCESSO N.º 0140-PG/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n° (nº do CNPJ), neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei:

- a) Que inexiste qualquer fato superveniente impeditivo de habilitação na forma do § 2º do Artigo 32 da Lei Nº 8.666/93;
- b) Que nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, e que não possui, em seu quadro de pessoal, nem utilizará na prestação dos serviços relativos ao objeto desta Licitação, empregado(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7°, da Constituição Federal de 1988:
- c) **Que se sujeita às condições do presente Edital**, bem como às Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 que regem a presente licitação;
- d) Que observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.
- e) Para o caso de empresas em recuperação judicial: que está ciente de que no momento da assinatura do Instrumento Contratual deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução







Fls. "Fundada em 15 de Agosto de 1853" Secretaria de Economia e Finanças

do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

- Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: que está ciente de que no momento da assinatura do Instrumento Contratual deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.
- Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, cujos termos conheço na íntegra; e que preenche os requisitos de habilitação previstos no item próprio do respectivo edital, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal e trabalhista, os quais poderão ser comprovados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período - a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativas.

Por ser verdade assina o prese	Por ser verdade assina o presente.		
(Cidade) de	de		
Razão Social da Empresa	_		
Nome do responsável/procurador			
Cargo do responsável/procurador			





Nº do documento de identidade



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



ANEXO III

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

PROCESSO N.º 0140-PG/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2022 OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES.

Caso a empresa venha sagrar-se vencedora do certame, seguem os dados do representante legal para assinatura do Contrato:

Nome completo:	
Cargo:	
CPF:	RG:
Data de Nascimento://	
Endereço residencial completo:	
E-mail institucional:	
E-mail pessoal:	
Telefone(s):	

OBSERVAÇÃO: Caso este representante não for sócio/proprietário da empresa, deverá ser anexado a esta declaração a procuração onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir o mandatário.

Local e data.

Nome, cargo e assinatura Nº do RG e do CPF







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



ANEXO IV MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES.

O MUNICÍPIO DE JAHU, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Rua Paissandu nº 444, nesta cidade de Jahu/SP, CEP 17.201-900, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.195.079/0001-54, doravante denominado "MUNICÍPIO", neste ato representado pelo Secretário de Economia e Finanças, Sr. FELIPE SLIKTA PADILHA, inscrito no CPF sob nº 386.219.958-40, e pela Secretária de Educação, Sra. ELENIRA APARECIDA CASSOLA, inscrita no CPF sob nº 099.725.618-44, e por força da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Decretos Municipais nº 5.205 de 24 de novembro de 2004 alterado pelo Decreto nº 5247 de 29 de março de 2005 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 7.762, de 06 de agosto de 2020, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 021/2022, Processo nº 0140-PG/2022. homologado em xx de xx de 2022 e publicado na Imprensa do Estado de São Paulo em xx de xxxxxxxx de 2022, resolve CONTRATAR, a empresa, estabelecida na Rua xxxx, n° xxxx – Bairro: xxxx – Cidade: xxxxx , CEP nº xxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxx, I.E. nº xxxxxx, neste ato representada por seu procurador, o Senhor xxxxxxx, portador do RG nº xxxxxxx e do CPF nº xxxxxxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES, de acordo com as especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência (anexos I, I-A e I-B).

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	390	GLP DE 13 KG	RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP ENVAZADO EM BOTIJÃO DE 13 KG	XXX	XXX
02	23	GLP DE 13 KG	COTA CHEIA (VASILHAME + GÁS LIQUEFEITOGLP ENVAZADO EM CILINDRO DE 13 KG	XXX	XXX

- **1.2 -** A CONTRATADA deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.
- **1.3 -** O MUNICÍPIO DE JAHU se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização do MUNICÍPIO.







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



1.4 - A CONTRATADA se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E CONDIÇÃO DE ENTREGA

- 2.1 Os serviços de recarga e de cotas de gás deverão ser efetuados conforme solicitação do Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação.
- **2.1.1** Local de entrega: nos locais indicados na solicitação encaminhada para empresa vencedora, conforme ANEXO I-B.
- **2.2** Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos mesmos.
- **2.3** A contratada deverá prestar os serviços parceladamente, nos lugares e horários constantes nas solicitações dentro de 48 horas a contar do recebimento da ordem de entrega.
- **2.4** Por ocasião da entrega, a Contratada deverá registrar no comprovante de entrega a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (R.G.), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do contratante responsável pelo recebimento.
- 2.5 Se constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:
- **2.5.1** Referente à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **2.5.2** Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- **2.6** Referente à diferença de qualidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **2.6.1** Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- **2.7** O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade dos produtos entregues.
- **2.8** O MUNICÍPIO se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução do Contrato, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do MUNICÍPIO.
- **2.9 –** O recebimento pelo MUNICÍPIO, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a CONTRATADA da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA

3.1 - A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Jahu, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.





"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- **3.2** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas nos artigos 86 a 88 da lei Federal nº 8.666/1993, garantindo, sempre, o exercício de prévia e ampla defesa, e observadas as seguintes condições:
- **3.2.1** O não cumprimento das obrigações contratuais implicará na retenção dos valores devidos à CONTRATADA, sem prejuízo de outras sanções previstas no Edital e neste CONTRATO, conforme abaixo:
- 3.2.1.1 Advertência por escrito.
- **3.2.1.2** Multa de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- **3.2.1.3** Pelo atraso injustificado na prestação de produtos objeto desta licitação:
- **3.2.1.3.1** Até 30 (trinta) dias, multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do Contrato, por dia de atraso.
- **3.2.1.3.2** Superior a 30 (trinta) dias, multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.
- **3.2.2** Rescisão do CONTRATO, com multa de 10% (dez por cento) do valor do CONTRATO, qualquer que seja a causa e a época da rescisão.
- 3.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação por até 05 (cinco) anos.
- **3.2.4 -** Impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, pela prática de quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n. º 10.520, de 17 de julho de 2002.
- **3.3** A aplicação das sanções previstas neste instrumento obedecerá ao disposto na Circular SEF nº 01, de 29 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

4.1 - O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período em razão de problemas técnicos e operacionais que poderão surgir na elaboração de um novo certame.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICITAÇÃO

- **5.1** Para a contratação do fornecimento objeto deste instrumento, foi realizada licitação na modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 021/2022, cujos atos encontram-se no Processo nº 0140-PG/2022.
- **5.2 -** Fica vinculado ao presente contrato, nos termos do art. 55, inciso XI da Lei nº 8.666/93:
- **5.2.1** Edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 021/2022;
- **5.2.2** Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos do edital de licitação do Pregão Eletrônico nº 021/2022:
- **5.2.3** A proposta apresentada do Pregão Eletrônico nº 021/2022;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 - O **MUNICÍPIO**, por meio dos órgãos interessados, efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à **CONTRATADA**, sempre que entender conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar ao **MUNICÍPIO** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom cumprimento do presente termo.







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

Fls.		

- **6.1.1** A ação ou omissão total ou parcial dos órgãos encarregados da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade de executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo.
- **6.2** A Gestora do Contrato será a Sra. ELENIRA APARECIDA CASSOLA, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, portadora do CPF nº 099.725.618-44.
- **6.3** A Fiscal do Contrato será a servidora DANIELA HENRIQUE BELUCA, DIRETORA EXECUTIVA, portadora do CPF nº 218.874.808-54.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **7.1** O pagamento ocorrerá 30 (trinta) dias após o recebimento, inspeção e atestado do objeto licitado, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente assinada pelo responsável pelos recebimentos, devendo a licitante vencedora observar o que dispõe a CAT 162/2008, da Secretaria da Fazenda, a respeito da Nota Fiscal Eletrônica, sob pena de não recebimento. Deverá conter as descrições dos produtos de acordo com o Anexo I do presente Edital, número da licitação, bem como a modalidade, o número do Empenho ou da Autorização de Fornecimento. O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 5º e no inciso II do § 4º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, se couber. Os dados bancários devem obrigatoriamente estar presentes na nota fiscal.
- **7.2** Na contagem do prazo de pagamento, serão considerados dias corridos.
- **7.3** Caso ocorra qualquer irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada a CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a este Município, no prazo de 03 (três) dias úteis.
- **7.4** Em caso de irregularidades na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.
- **7.5** Os recursos necessários para fazer frente às despesas do referido Contrato, onerarão a seguinte dotação para o ano de 2022 e vindouro:

Ficha	Classificações Orçamentárias	Apl.	Fonte
166	02.08.12-12.306.0003-2010/3390.3945	110.0000	1
-	02.08.12-12.306.0003-2010/3390.3945	110.0000	1

- **7.5.1** O cronograma de desembolso máximo estimado para 2022 e vindouro é de R\$ 50.121,54 (cinquenta mil, cento e vinte e um mil e cinquenta e quatro centavos).
- **7.5.2 -** O valor do presente contrato é de R\$_____ (*valor por extenso*).
- **7.6** O MUNICÍPIO DE JAHU não aceita Boletos Bancários como forma de cobrança de aquisições prestadas a esta Administração Municipal.
- **7.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios:

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



37



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

	\bigcap
Fls.	
	-
	ر

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) 365 I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO E CONTROLE DOS PREÇOS

- **8.1** Os preços praticados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro nos termos do artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, após comprovação pela Contratada e aprovada pela Contratante.
- **8.2** O equilíbrio de que trata o item anterior será deliberado pela Administração a partir de requerimento formal do interessado, o qual deverá vir acompanhado de documentação comprobatória do incremento dos cursos, gerando eventuais efeitos a partir do requerimento e nunca de forma retroativa.
- **8.3** Ocorrendo a queda nos preços praticados no mercado a Contratante convocará a Contratada para proceder ao reequilíbrio do preço para menor, sob pena de aplicação das penalidades impostas no Edital.
- **8.4** O contrato para fins de prorrogação será, se o caso, reajustado com aplicação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA anual.
- **8.5** Na hipótese de manutenção do equilíbrio econômico financeiro deverá a Contratada comprovar através de documentos e aprovados pela Contratante.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **9.1** Efetuar a entrega de recargas de gás de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no edital.
- **9.2** Comunicar ao Departamento de Alimentação Escolar, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste edital.
- **9.3** Entregar as recargas de gás solicitadas no local determinado pelos representantes da Administração do Contratante, no prazo máximo determinado.
- **9.4** Substituir as recargas de gás que eventualmente apresentarem defeitos no momento da entrega.
- **9.5** Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, recargas de gás que não atendam às especificações contidas no edital.
- **9.6** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- **9.7** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas.
- **9.8** Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas.
- **9.9** Não será permitido ao pessoal da Contratada o acesso à área do edifício que não aquelas relacionadas ao seu trabalho.
- **9.10** Os recipientes (cilindros) deverão estar em boas condições de uso, nos padrões exigentes pelo INMETRO e ABNT.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



- **10.1** Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a presente aquisição.
- **10.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- **10.3** Efetuar o pagamento à empresa contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- **10.4** Comunicar a empresa vencedora, por escrito, sobre imperfeições, ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído.
- **10.5** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.
- **10.6** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de Comissão/Fiscal (servidor devidamente designado).
- **10.7** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- **11.1** O Contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.
- **11.2** A Contratada reconhece deste já os direitos do MUNICÍPIO DE JAHU nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da lei Federal nº 8666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES GERAIS

- **12.1** Correrão por conta e risco da CONTRATADA todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, de acordo com artigo nº 71 da Lei 8.666/93.
- **12.2** O presente Termo de Compromisso e/ou Contrato reger-se-á nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e Decretos Municipais nº 5205/04 e nº 5247/05, sendo recebido e aceito pela CONTRATADA todos os direitos inerentes ao Município para a rescisão administrativa prevista no artigo 78, do estatuto federal (Lei 8.666/93).
- **12.3** O MUNICÍPIO se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusálo ou solicitar sua substituição.
- **12.4** Não poderá a CONTRTADA ceder ou transferir este contrato, no todo ou em parte, sem expressa anuência do Município.
- **12.5** O fornecimento deverá ser efetuado mediante expedição, pelo MUNICÍPIO, de "AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO", que constará todas as especificações necessárias.
- **12.6** A critério do Município a Autorização de Fornecimento e ou Nota de Empenho poderá ser enviada à CONTRATADA, via e-mail, nos dias úteis, dentro do horário de expediente.
- **12.7 -** O MUNICIPIO não se responsabilizará pela entrega de produto, sem a respectiva Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO



39



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

)
Fls.	
	J

Secretaria de Economia e Finanças

13.1 - Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de Jahu–SP, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da CONTRATADA.

este instrumento e	em 04 (quatro)) vias de igual teor e va	usulas aqui pactuadas, segue lidade, assinado na presença s os efeitos jurídicos e legais.
	Jahu,	_ de	_ de 2022.
Pela CONTRATA l	NTE:		

FELIPE SLIKTA PADILHA SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

ELENIRA APARECIDA CASSOLA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Pela CONTRATADA:

EMPRESA







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO MUNICÍPIO DE JAHU

Contratante: MUNICIPIO DE JAHU.

Contratada: xxxxxxx Contrato nº (de origem):

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

- 1. Estamos CIENTES de que:
- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- **b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- **d)** as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
- 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- **b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Jahu	40	de 2022
Janu	de	







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças

		`
Fls.		

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: JORGE IVAN CASSARO Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 827.855.118-91

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICA	ÇÃO	DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:		

Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA

Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANCAS

CPF: 386.219.958-40

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA

Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANCAS

CPF: 386.219.958-40

Assinatura:

Nome: ELENIRA APARECIDA CASSOLA Cargo: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

CPF: 099.725.618-44

Assinatura:

Pela CONTRATADA:

Nome:		
Cargo:		
Cargo: CPF:	_	
Assinatura:	_	

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA

Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

CPF: 386.219.958-40

Assinatura:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: FELIPE SLIKTA PADILHA

Cargo: SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

CPF: 386.219.958-40

Assinatura:

Nome: ELENIRA APARECIDA CASSOLA Cargo: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

CPF: 099.725.618-44

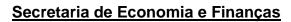
Assinatura: ___

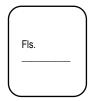






"Fundada em 15 de Agosto de 1853"





CONTRATO OU ATOS JURIDICOS ANÁLOGO CADASTRO DO RESPONSÁVEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAHU

CONTRATADA: xxxxx

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O

DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES.

CADASTRO DO RESPONSÁVEL QUE ASSINOU CONTRATO OU ATO JURÍDICO ANÁLOGO E OU TERMO ADITIVO, MODIFICATIVO OU COMPLEMENTAR.

Nome:	FELIPE SLIKTA PADILHA
Cargo:	SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
CPF:	386.219.958-40
Período de gestão:	Início em 05/04/2022

Nome:	ELENIRA APARECIDA CASSOLA
Cargo:	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
CPF:	099.725.618-44
Período de gestão:	Início em 01/01/2021

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração de Atualização Cadastral" ora anexada (s).







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



ANEXO V

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO GESTOR/FISCAL

PROCESSO N.º 0140-PG/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES.

Declaro ter amplo conhecimento dos termos e condições contratuais, expedida a cada Autorização de Fornecimento, bem como das obrigações da Administração Pública e do contratado.

Declaro ter recebido nesta oportunidade uma cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação, termo de referência e/ou projeto básico, cópia do convênio, contrato de locação, documentos pertinentes, enfim, cópia do instrumento contratual pactuado.

Declaro que as obrigações assumidas como gestor/fiscal do presente não conflitam com minhas responsabilidades funcionais.

Declaro ter pleno conhecimento da minha competência e atuação como gestor/fiscal do presente contrato, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, me comprometendo a representar a autoridade competente o descumprimento de qualquer cláusula contratual, para as providências necessárias.

Declaro conhecer amplamente os termos e condições pactuadas, identificando as obrigações da Administração Pública e da entidade com quem será contratada.

Declaro ter pleno conhecimento de que a não comunicação de qualquer descumprimento ou irregularidade no presente contrato, à Administração, poderá ensejar responsabilização civil, administrativa e criminal a ser apurada através de instauração de processo administrativo.

Como gestor do contrato estou ciente:

- 1 O gestor deverá possuir autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização.
- 2 Dependendo do tipo de contrato a ser pactuado, recomenda-se que o gestor se reúna com o representante da empresa contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato. A figura do representante da empresa contratada também deverá ser de conhecimento do gestor, uma vez que, ao conhecer o representante da contratada os termos afins do contrato podem ser discutidos com amis precisão e interesse para ambas as partes.
- 3 O gestor deverá exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital de Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas, convênios, plano de trabalho, contratos celebrados, etc.
- 4 O local e as condições para que o objeto da avença seja desempenhado também deverão ser fiscalizados. Nos casos de obras e/ou







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"



Secretaria de Economia e Finanças

serviços isso poderá representar a pontualidade ou o atraso do objeto contratado. Nas Entidades, se o descrito no plano de trabalho está sendo cumprido pela entidade.

- 5 A exigência do cumprimento do contrato pelo gestor deverá ser sempre formalizada por escrito e com protocolo, para comprovar sua atuação e também caso haja necessidade, instruir eventual processo sancionador.
- 6 Cabe ainda ao gestor recusar o serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no contrato e seus anexos.
- 7 Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada, e com protocolo, para que a Administração possa tomar as providências cabíveis no caso em tela e também afastar qualquer responsabilização funcional do gestor em relação a Administração.
- 8 Quando houver expressa previsão contratual, a fiscalização deverá abranger também a apresentação da contratada de documentos válidos necessários para manter a contratação, por exemplo: adimplência das obrigações fiscais e sociais trabalhistas, os recolhimentos do FGTS e INSS devidamente liquidados.

Fi	rmo a p	resente decla	ração sob as pe	nas da lei.
Ja	ahu,	de	de 2022.	
		APARECIDA (ÁRIA DE EDU		
(GESTO	RA DO CONT	TRATO	
D		HENRIQUE I		
	DIRET	ORA EXECU	TIVA	





FISCAL DO CONTRATO



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"

Secretaria de Economia e Finanças



ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

AO MUNICÍPIO DE JAHU

PROCESSO N.º 0140-PG/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES.

RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
RESPONSÁVEL POR ASSINAR A ATA:	
CPF DO RESPONSÁVEL:	
RG DO RESPONSÁVEL:	
ESTADO CIVIL:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução, os serviços a seguir discriminados:

ITEM	QUANT.	UNID.	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	390	GLP DE 13 KG	RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP ENVAZADO EM BOTIJÃO DE 13 KG	XXX	XXX
02	23		COTA CHEIA (VASILHAME + GÁS LIQUEFEITOGLP ENVAZADO EM CILINDRO DE 13 KG	XXX	XXX

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias corridos

Declaramos, sob as penas da Lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) plenamente o descritivo bem como as normas técnicas pertinentes.

Declaramos que os preços ofertados correspondem ao do mercado.



46



"Fundada em 15 de Agosto de 1853"



Secretaria de Economia e Finanças

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Edital).

Declaramos que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado, bem como tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Declaramos que a execução será realizada em conformidade com o estabelecido no Edital e seus Anexos.

Declaramos que conhecemos todas as condições do Edital e seus Anexos e sujeitamo-nos ao seu fiel cumprimento.

Declaramos que a proposta foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato.

Declaramos que não tentamos influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado à administração antes da abertura oficial da proposta, tampouco que recebi informações nesse sentido da administração.

(Cida	de) de	9	de 2022.
	Assinatura d	lo representa	ante legal

CARIMB(DA EMPRESA







"Fundada em 15 de Agosto de 1853"



Secretaria de Economia e Finanças

TERMO DE RECEBIMENTO ou RECUSA DO OBJETO LICITADO

PROCESSO N.º 0140-PG/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022
OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO
GLP 13 KG E AQUISIÇÃO DE COTA CHEIA (RECARGA + VASILHAME) PARA O
DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA 12 MESES.

Sim	Nao
()	() – O(s) serviço(s) realizado(s) confere(m) com o descritivo exigido.
()	 () – O(s) serviço (s) realizado (s) está(ão) em conformidade com as normas legais.
()	() – O(s) serviço (s) foi(ram) realizado (s) no prazo estabelecido.
()	() – O(s) serviço (s) foi(ram) realizado (s) na(s) quantidade(s) requisitada.
	claro que nos termos acima descritos o(s) item(s) estão em, com o requisitado.
Ob	s:
	Jahu dede 2022.
	Fiscal do Contrato



